

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do
Estado de São Paulo - SEBRAE - SP**

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017 e 2016**



A handwritten signature in blue ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Balanço orçamentário	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho Deliberativo Estadual e aos Administradores do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo –
SEBRAE/SP
São Paulo – SP

Opinião

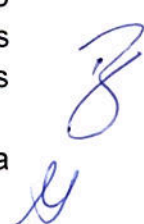
Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo – SEBRAE SP (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo – SEBRAE SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 03 de fevereiro de 2017 sem modificação de opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

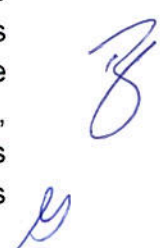
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de janeiro de 2018



MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC/RS 71.505/O-3 – “T” – SP
Responsável Técnico



LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS 059.628/O-2 – S - SP
Responsável Técnico

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	256.234	13.358	Remunerações e Encargos	12	9.138	9.703
Créditos a Receber	5	3.697	5.941	Obrigações tributárias	13	3.346	3.143
Numerários vinculados a programas e projetos		-	2	Obrigações com convênios e contratos		-	2
Adiantamentos concedidos	6	3.758	4.417	Contas a pagar	15	20.454	17.068
Convênios a Executar	7	385	1.546	Obrigações Trabalhistas	14	24.077	24.116
Transações com o Sistema SEBRAE	8.1	67.399	100.832	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8.2	3.572	2.822
Outros créditos	9	1.175	2.758				
				Total do passivo circulante		60.587	56.854
Total do ativo circulante		332.648	128.854	Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	16	996	1.454
				Provisões	10	23.436	23.059
Ativo não circulante				Total do passivo não circulante		24.432	24.513
Depósitos Realizáveis	10	17.966	16.887				
Fundos de investimentos	11.1	11.774	3.821	Patrimônio líquido			
Aplicações Financeiras	11.2	512.124	559.464	Superávit / Déficit acumulado	17	687.689	382.100
Programas de Crédito	11.3	10.224	-	Ajustes de avaliações patrimoniais	17	24.421	30.365
Imobilizado	11.4	104.589	81.474	Superávit / Déficit do exercício	17	194.667	299.645
Intangível	11.5	2.471	2.977				
Total do ativo não circulante		659.148	664.623	Total do patrimônio líquido		906.777	712.110
Total do ativo		991.796	793.477	Total do passivo e do patrimônio líquido		991.796	793.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



[Handwritten signature]

Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Período: Janeiro a Dezembro/2017						Balanco Orçamentário - Sebrae/SP						R\$ mil	
Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	Δ % (c/a)	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	Δ % (c/a)		
		Previsão Original (b)	Execução (c)					Previsão Original (b)	Execução (c)				
Receitas Correntes	609.797	439.666	467.977	106,4	76,74	Despesas Correntes	361.409	423.339	349.655	82,6	96,72		
Contribuição Social Ordinária - CSO	576.041	386.556	422.893	109,4	73,4	Pessoal, Encargos e Benefícios	223.275	226.572	214.481	94,7	95,1		
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	8.862	26.493	22.267	84,0	251,3	Serviços Profissionais e Contratados	79.946	136.225	84.112	61,7	105,2		
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	142	0	0	0,0	0,0	Demais Despesas Operacionais	42.851	53.012	47.111	88,9	109,9		
Aplicações Financeiras	1.111	300	245	81,7	22,1	Encargos Diversos	13.009	7.244	3.684	50,9	28,3		
Empresas Beneficiadas	21.989	25.417	19.551	76,9	88,9	Transferências	2.328	266	167	58,4	7,2		
Outras Receitas	1.652	900	3.021	335,7	182,9					0,0	0,0		
Déficit Corrente	0	0	0	0,0	0,00	Superávit Corrente	248.388	118.422	48.629	336,8	504,78		
Receitas de Capital	0,0	0,00	7.746	0,0	0,00	Despesas de Capital	9.218	13.815	46.529	336,8	504,78		
Alienação de Bens	0	0	7.746	0,0	0,0	Investimentos / Outros	9.218	13.815	46.529	336,8	504,8		
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	0	0	0	0,0	0,0	Amortização de Empréstimos	0	0	0	0,0	0,0		
Saldo de Exercícios Anteriores	0	0	0	0,0	0,00	Fundo de Reserva	0	2.612	0	0,0	0,00		
Receitas Totais	609.797	439.666	475.723	108,2	78,01	Despesas Totais	370.627	439.666	396.084	90,1	106,67		
Déficit Total	0	0	0	0,0	0,00	Superávit Total	239.170	79.639	79.639	33,7	33,7		
Total Geral	609.797	439.666	475.723	108,2	78,01	Total Geral	609.797	439.666	475.723	108,2	78,01		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature of Ismael Toledo Junior.
Ismael Toledo Junior
 CRC nº 1 SP 174.698/O-9

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas			
Receitas com contribuição social bruta (CSO)	18	422.893	576.041
Receitas com contribuição social do nacional (CSN)	18	22.267	8.862
Receita de empresas beneficiadas	19	19.551	21.989
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros		-	142
Outras receitas operacionais	20	22.540	5.407
Total das Receitas		487.251	612.441
Despesas (-)			
Despesas com Pessoal, encargos e benefícios sociais	21	(214.481)	(223.275)
Despesas com serviços profissionais e contratados	22	(84.112)	(79.946)
Custos e despesas de operacionalização	23	(47.111)	(42.851)
Encargos diversos	24	(3.424)	(12.770)
Despesas com provisões	25	(7.037)	(5.482)
Depreciação e amortização	26	(8.258)	(7.670)
Outras despesas	27	(1.432)	(2.811)
Total das Despesas		(365.855)	(374.805)
Superávit / Déficit antes do resultado financeiro líquido		121.396	237.636
Receitas Financeiras	28	74.062	62.264
Despesas Financeiras	28	(1.041)	(455)
Variações Ativas e Passivas	28	250	200
Resultado financeiro líquido		73.271	62.009
Superávit do exercício		194.667	299.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Handwritten signature in blue ink.

Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	194.667	299.645
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>194.667</u>	<u>299.645</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Superávit acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit do exercício	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	293.203	30.755	88.507	412.465
Absorção do superávit do período	88.507	-	(88.507)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	390	(390)	-	-
Superávit do exercício	-	-	299.645	299.645
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>382.100</u>	<u>30.365</u>	<u>299.645</u>	<u>712.110</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	382.100	30.365	299.645	712.110
Absorção do superávit do período	299.645	-	(299.645)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	5.944	(5.944)	-	-
Superávit do exercício	-	-	194.667	194.667
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>687.689</u>	<u>24.421</u>	<u>194.667</u>	<u>906.777</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature of Ismael Toledo Junior.
Ismael Toledo Junior
 CRC nº 1 SP 174.698/O-9

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	194.667	299.645
Ajustes:		
Depreciação e amortização	8.258	7.670
Baixa do ativo imobilizado	198	50
Perdas ao valor recuperável	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	376	1.485
Provisão para perda em fundos de investimento	(5.161)	226
Provisão de férias e encargos	(39)	2.574
	<u>198.299</u>	<u>311.650</u>
(Aumento)/diminuição nas contas do ativo		
Créditos a Receber	2.244	(1.240)
Adiantamentos concedidos	659	(143)
Numerários vinculados a convênios e programas	-	99
Convênios a Executar	1.160	488
Créditos com o Sistema SEBRAE	33.434	(100.832)
Depósitos judiciais	(1.079)	(3.557)
Microcrédito	(10.224)	-
Outros créditos	1.583	(189)
Aumento/(diminuição) nas contas do passivo		
Benefícios a empregados	(363)	6.244
Contas a pagar a fornecedores e outros	3.386	2.427
Obrigações com convênios e contratos	-	(57)
As Obrigações com o Sistema SEBRAE	750	(8.696)
Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração	(457)	(623)
	<u>229.392</u>	<u>205.571</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições/Baixas ao ativo imobilizado	(29.986)	(4.336)
Adições/Baixas ao ativo intangível	(1.078)	(268)
Fundos de investimentos	(2.792)	(1.215)
Aplicações financeiras (adições)	(63.352)	(366.133)
Aplicações financeiras (baixas)	110.692	155.899
	<u>13.484</u>	<u>(216.053)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento		
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>242.876</u>	<u>(10.482)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	13.358	23.840
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>256.234</u>	<u>13.358</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>242.876</u>	<u>(10.482)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE - SP é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Vergueiro, 1.117, Bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo.

O âmbito de atuação do SEBRAE - SP constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas no Estado de São Paulo, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE - SP recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional, que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e ao Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE - SP é uma entidade isenta do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15º). Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15º §3º, alterada pela Lei nº 9.718/98, art. 10º).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável, não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12º §2º e art. 15º §2º).

De acordo com o inciso I do art. 12º do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da contribuição social.

As operações da Entidade são substancialmente mantidas por meio de repasse de recursos do SEBRAE Nacional. O superávit apurado no exercício será absorvido pelo patrimônio social.



Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de preparação

2.1 Usos de estimativas

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Normas Brasileiras de Contabilidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do NBC TG 27 e instrumentos financeiros classificados como equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4), as aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 11.2), fundos mútuos de investimento (Nota Explicativa nº 11.1) e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº 29).

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 24/01/2018.

2.2 Usos de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros (Nota Explicativa nº 30), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11.4), provisões (Nota



[Handwritten signature]

Explicativa nº 10) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 29). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO se referem às transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade. Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades Regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN são relacionadas à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 19).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados



pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros disponível para venda

Títulos resgatáveis listados, quando mantidos para serem negociados em um mercado ativo, são classificados como sendo disponíveis para venda e são mensurados ao valor justo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e ativos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 15).

c. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se



Handwritten signature

houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo (Nota Explicativa nº 11.4).

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial da NBC TG 27, no que diz respeito ao custo atribuído.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas de depreciação anuais estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	1,67%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Instalações	10%
Veículos e acessórios	20%

e. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.



Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)*

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos a cada 3 anos, para identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. A próxima revisão será realizada no 2º semestre 2018.

g. *Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração*

O adiantamento sobre vendas dos direitos de administração é amortizado mensalmente por cálculo linear do período da concessão do direito de uso, que foi vendido por um prazo determinado (Nota Explicativa nº 16).

h. *Provisões*

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 10).

i. *Benefícios a empregados*

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável (Nota Explicativa nº 12).

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE/SP é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui



Handwritten signature in blue ink.

características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE-SP reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de seus participantes.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE-SP contrata anualmente um atuário qualificado (Nota Explicativa nº 29).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Trata-se de disponibilidades imediatas em caixa, contas-correntes bancárias e aplicações financeiras conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Contas Bancárias (i)	318	442
Aplicações Financeiras (ii)	<u>255.916</u>	<u>12.916</u>
Total	<u>256.234</u>	<u>13.358</u>

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas correntes bancárias, cuja a posição, no exercício findo de 2017 e 2016, se encontra a seguir descrita:

Caixa e Bancos	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	132	132
Banco do Brasil	126	280
Caixa Econômica Federal	16	5
Banco Bradesco	<u>44</u>	<u>25</u>
Total	<u>318</u>	<u>442</u>

(ii) Os recursos aplicados são destinados a manutenção operacional e administrativa da entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	BB Milenio	102.621	12.916
Caixa Econômica Federal	FI	<u>153.295</u>	<u>-</u>
Total		<u>255.916</u>	<u>12.916</u>

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.




Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

5 Créditos a receber

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Créditos a Receber (i)	1.082	2.648
Cheques e Cartão (ii)	3.180	3.326
(-) Provisão para Devedores Duvidosos (iii)	<u>(565)</u>	<u>(33)</u>
Total	<u>3.697</u>	<u>5.941</u>

(i) Créditos a receber referente a operações de venda de produtos e cursos.

(ii) Refere-se a Cheques e Cartão com possibilidades de recebimentos com processos iniciados, vinculados às operações com os nossos clientes.

(iii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro. Os títulos incobráveis serão baixados e transferidos para carteira “perdas”, pós deliberação da Diretoria Executiva. Para tanto, a Unidade de Finanças deverá instruir processo administrativo com títulos vencidos a mais de 180 dias, juntando ainda, parecer técnico e parecer da Unidade Jurídica. Os valores eventualmente recuperados da carteira “perdas” deverão ser contabilizados como recuperação de despesas.

Os acréscimos nas contas a receber ocorreu devido ao aumento nas vendas a prazo decorrentes da prestação de serviços a empresas beneficiadas.

6 Adiantamentos Concedidos

O grupo é formado por adiantamento a funcionários, adiantamento para viagens e a terceiros, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos a funcionários	1.405	1.575
Adiantamentos para viagens	17	10
Adiantamentos a terceiros	<u>2.336</u>	<u>2.832</u>
Total	<u>3.758</u>	<u>4.417</u>

7 Convênios a executar

Refere-se a adiantamento de repasse de recursos aos parceiros em convênios e parcerias firmados com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Liberações de convênios	5.915	5.840
(-) Execuções de convênios	(5.446)	(4.211)
(-) Devoluções de convênios	<u>(84)</u>	<u>(83)</u>
Total	<u>385</u>	<u>1.546</u>



Handwritten signature in blue ink.

As parcelas dos recursos são liberadas à medida que há comprovação por parte dos parceiros da execução dos valores já adiantados.

8 Transações com o Sistema SEBRAE

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE

Pessoal-chave da Administração

Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com partes relacionadas referem-se, basicamente, às transferências de recursos realizadas entre o SEBRAE-SP e o SEBRAE-NA, e estão apresentadas conforme os quadros abaixo:

8.1 Créditos com o Sistema Sebrae

Ativo	31/12/2017	31/12/2016
Recursos ordinários a receber	67.399	100.832
Total	67.399	100.832

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

8.2 Obrigações com o Sistema Sebrae

Passivo	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição social nacional - CSN a comprovar	3.572	2.822
Total	3.572	2.822

O saldo na rubrica “Contribuição social nacional - CSN a comprovar” se refere aos recursos recebidos para subsidiar projetos a serem comprovados ao SEBRAE Nacional. O saldo de R\$ 2.822 em dezembro de 2016 foi devolvido através de desconto efetuado na Contribuição Social Ordinária do mês de janeiro de 2017. O saldo em dezembro de 2017 é justificado pelo recebimento de recursos para subsidiar as atividades de atendimento do SEBRAE-SP.

8.3 Transações de Resultado

Resultado	31/12/2017	31/12/2016
Receitas com contribuição social bruta (CSO)	422.893	576.041
Receitas com contribuição social do nacional (CSN)	22.267	8.862
Total	445.160	584.903



8.4 Remuneração do pessoal-chave da administração

Empréstimos para Diretores:

A entidade não concede empréstimos a diretores e outros dirigentes.

Remuneração do pessoal-chave da administração:

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o Art. 6º do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência estatutária do Conselho Deliberativo Nacional e do Conselho Deliberativo Estadual a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva que, nos períodos findos em 31/12/2017 e 31/12/2016 foram:

Remuneração do pessoal-chave da administração	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração	2.106	1.984
Benefícios	223	210
Total	2.329	2.194

As transações com o Fundo de Pensão ocorridas até dezembro de 2017 estão demonstradas na Nota Explicativa nº 29.

9 Outros créditos

O grupo é formado cauções e despesas pagas antecipadamente, conforme apresentado a seguir:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cauções	222	855
Reembolso de Juros e Multa	481	420
Benefícios a Funcionários	68	962
Prêmio de seguro a apropriar	93	190
Garantia estendida equipamentos de informática	148	168
Outras despesas a apropriar	163	163
Total	1.175	2.758

A redução na rubrica "cauções" se refere ao resgate de depósito judicial.

10 Provisões

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a movimentação da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e obrigação legal e os respectivos depósitos realizáveis estavam apresentados da seguinte forma:

	Depósitos Realizáveis		Provisão		Líquido	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Riscos trabalhistas	1.461	1.247	4.927	6.667	3.466	5.420
Riscos cíveis	773	733	2.777	1.485	2.004	752
Obrigação legal	15.732	14.907	15.732	14.907	-	-
Total	17.966	16.887	23.436	23.059	5.470	6.172



Handwritten signature

	Trabalhistas	Cíveis	Obrigação legal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>6.667</u>	<u>1.485</u>	<u>14.907</u>	<u>23.059</u>
(+) Complemento de provisão	1.602	1.122	1.309	4.033
(+) Atualização monetária	582	220	-	801
(-) Reversão/baixa de provisão	<u>(3.924)</u>	<u>(50)</u>	<u>(484)</u>	<u>(4.459)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>4.927</u></u>	<u><u>2.777</u></u>	<u><u>15.732</u></u>	<u><u>23.436</u></u>

Destacamos as variações nos valores trabalhistas referentes ao complemento no valor de R\$ 1.602 devido à alteração da probabilidade de perda de nove processos judiciais no total de R\$ 1.431, alteração do valor da causa de nove processos no total de R\$ 78 e provisão de oito novos processos no total de R\$ 93. Além disso, houve reversão de provisão no valor de R\$ 2.877 referente à alteração da probabilidade de perda de vinte e nove processos e de R\$ 1.047 referente à alteração do valor da causa de doze processos judiciais. Nas ações de natureza cível, houve provisão de R\$ 58 referente à alteração da probabilidade de perda de um processo, R\$ 830 referente à alteração do valor da causa de três processos e provisão de um novo processo no valor de R\$ 234. Nas obrigações legais, houve complemento de provisão no valor de R\$ 1.298 referente ao IPTU de imóveis próprios no Município de São Paulo, inclusão de dois novos processos de IPTU de imóvel da José Getúlio no valor de R\$ 11, além de baixa de nove processos no total de R\$ 484.

Os processos trabalhistas eram atualizados mediante a aplicação da Taxa Referencial Diária – TRD, com o acréscimo de juros de mora equivalentes a um por cento ao mês. De acordo com a decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST de 04/08/2015, os débitos trabalhistas passariam a ser atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os juros de mora, de um por cento ao mês, permaneciam inalterados. O TST determinou que os efeitos da decisão incidiriam sobre todos os processos em curso, ressalvados os processos já quitados ou extintos, em tramitação final. A aplicação da TRD para a correção monetária acabava por não recompor, de fato, os débitos trabalhistas, que, ao revés, acabavam por minguar ante as perdas inflacionárias no decorrer dos anos. Ainda, o TST estabeleceu que o IPCA-E deveria ser aplicado a partir de 30 de junho de 2009, de forma que todos os débitos decorrentes de ações trabalhistas devidos a partir da referida data seriam integralmente corrigidos pelo IPCA-E. Os débitos trabalhistas anteriores a essa data estipulada pelo TST receberiam tratamento híbrido: até a data de corte os valores seriam corrigidos pela TRD, após pelo IPCA-E. Porém, em 14/10/2015 o Supremo Tribunal Federal - STF, em sede liminar, determinou a suspensão dos efeitos da decisão do TST enquanto não julgado o recurso interposto, ou seja, em todas as execuções trabalhistas deverão ser aplicados os índices de atualização monetária da TRD.

Obrigação legal

As obrigações legais são constituídas com base em melhores estimativas da Administração da Entidade, os quais já possuem depósitos judiciais e estão apresentados pelo seu provável valor de desembolso. Tais provisões estão representadas por questionamentos judiciais quanto à incidência de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre os bens imóveis da Entidade, decorrente de sua condição de entidade imune de tributos.



Handwritten signature in blue ink.

Contingências passivas com estimativas de perdas possíveis

O SEBRAE-SP possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica interna e externa com probabilidade de perda "possível" (naturezas trabalhista e cível), os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Riscos trabalhistas	5.028	4.190
Riscos cíveis	10.241	7.895
Total	15.269	12.085

11 Investimento, Imobilizado e Intangível

11.1 Fundos de Investimentos

Descrição	Administrador	31/12/2017	31/12/2016
Returning Entrepreneur Investment Fund (FM IEE)	DGF Invest. Gestão de Fundos Ltda.	1.500	1.500
Provisão para desvalorização (FM IEE)		1.984	(422)
Fundo de Inovação Paulista - FIP	Lions Trust Adm. de Recursos Ltda.	6.336	3.544
Provisão para desval/valorização (FIP)		1.954	(801)
Total		11.774	3.821

A provisão para desvalorização se refere aos ajustes em relação aos valores das cotas dos fundos.

Returning Entreprenur Investment Found (REIF)

Trata-se de um Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes, administrado pela DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda. A custódia é efetuada pelo Itaú Unibanco S.A. O REIF foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 209. A finalidade do Fundo é a obtenção de ganhos de capital mediante a valorização dos ativos que compõem a carteira e, em menor proporção pelo recebimento de rendimento de suas aplicações, nos limites e percentuais definidos em sua política de investimento.

Fundo de Inovação Paulista (FIP)

Trata-se de um Fundo de Investimento em Participações, administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. A custódia é efetuada pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo de Inovação Paulista foi constituído sob forma de condomínio fechado de acordo com as disposições da Instrução nº 391. A finalidade do fundo é a obtenção de rendimentos por meio de investimentos em ações, debentures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou permutáveis por ações de emissão de Companhias Alvo ou Companhias Investias que tenham sido objeto de emissão primária ou, excepcionalmente de negociação secundária.



Handwritten signature in blue ink

Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

11.2 Aplicações financeiras longo prazo

Instituição financeira	Tipo de aplicação	31/12/2017	31/12/2016
Caixa Econômica Federal	CDB	512.124	542.313
Banco do Brasil S.A.	CDB	-	17.151
Total		512.124	559.464

O tipo de aplicação das operações de longo prazo são todas CDB pós-fixados em CDI.

A redução de taxas ofertadas em novas aplicações financeiras de longo prazo (CDB/DI) e a boa performance que os fundos de investimentos de curto prazo tem apresentado, desestimularam o aporte de recurso em aplicações de longo prazo, reduzindo o seu saldo.

11.3 Programa de Crédito

Descrição	Administrador	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de Invest. de Cred. Produtivo Popular de São Paulo	Desenvolve SP.	10.224	-
Total		10.224	-

Trata-se de um Convênio que tem por objeto o estabelecimento de diretrizes para a operacionalização do PROGRAMA DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – PROMEI JURO ZERO, instituído pelo Decreto nº 62.417, de 13 de janeiro de 2017, com recursos aportados pelo SEBRAE – SP junto ao Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo, bem como a equalização dos juros por parte do ESTADO DE SÃO PAULO tendo como gestora a DESENVOLVE – SP, de acordo com o Plano de Trabalho que integra o presente Convênio.



Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

11.4 Ativo Imobilizado

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Descrição	Taxa Anual Depreciação	Saldo 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Valor 31/12/2017
Terreno	-	35.050	13.080	(828)	47.302
Edificações	1,67%	36.456	19.620	(8.857)	47.219
Obras em andamento	-	442	3.346	(6)	3.782
Móveis e utensílios	10%	7.555	1.133	(189)	8.499
Veículos/Acessórios	20%	6.440	-	(250)	6.190
Máquinas/Equipam.	10%	7.270	582	(324)	7.528
Equip. informática	20%	20.899	1.106	(936)	21.069
Instalações	10%	8.822	2	(3.451)	5.373
Total do custo		122.934	38.869	(14.841)	146.962
Total depreciação acumulada		(41.460)	(6.645)	5.732	(42.373)
Total líquido		81.474	32.224	(9.109)	104.589

As principais variações no período foram as seguintes:

As adições nas rubricas “Edificações” e “Terrenos” ocorreram devido à transação de permuta de imóveis com torna. Em Abril de 2017, o Sebrae-SP efetuou a permuta do imóvel localizado na Rua José Getúlio, avaliado em R\$ 16.623, pelo imóvel do proprietário Get Administração de Imóveis situado na Alameda Nothmann, onde está estabelecida a Escola de Negócios do Sebrae-SP, avaliado em R\$ 32.700. O imóvel da Rua José Getúlio foi oferecido como permuta, acrescido do pagamento no valor de R\$ 16.077 a título de torna. Foi efetuada a baixa do saldo residual do imóvel objeto de permuta e a diferença no valor de R\$ 7.746 foi registrada como receita na alienação do ativo imobilizado.

O acréscimo em “Obras em andamento” se refere à reforma no edifício localizado na Rua 24 de Maio para futura mudança do Escritório Regional Capital Centro.

O aumento em “Máquinas e equipamentos” ocorreu devido à aquisição de máquinas de café para a Sede e Escritórios Regionais, equipamentos de áudio e vídeo para uso da Sede, aparelhos de ar condicionado para os Escritórios Regionais de Santos e São Carlos e sistema de refrigeração para CPD na Sede.

A adição em “Móveis e Utensílios” devido a contratação de empresa especializada no fornecimento e montagem de mobiliário, sob demanda, para os novos postos de atendimento do SEBRAE-SP denominado SEBRAE AQUÍ.

A adição em “Equipamentos de Informática” se refere a aquisições de notebooks para a Escola de Negócios.

As baixas em “Edificações”, “Terrenos” e “Instalações” se referem ao imóvel objeto de permuta localizado na Rua José Getúlio.

As baixas em “Móveis e Utensílios, “Máquinas e Equipamentos” e “ Equipamentos de informática” referem-se a doações dos bens que estavam alocados no edifício na Rua José Getúlio de acordo com processo 340/2017.

A baixa em “Veículos” devido a sinistro do SEBRAE MÓVEL alocado no Escritório Regional do Grande ABC.

As demais variações se referem substancialmente ao registro das depreciações do período.

11.5 Intangível

	<i>Softwares</i>	Total do intangível
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.596	7.596
Adições	1.079	1.078
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.675	8.675
Amortização		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(4.619)	(4.619)
Amortização no período	(1.585)	(1.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(6.204)	(6.204)
Valor contábil		
Em 31 de dezembro de 2016	2.977	2.977
Em 31 de dezembro de 2017	2.471	2.471

Houve aquisição de licenças de softwares da plataforma Microsoft. As demais variações se referem ao registro das amortizações do período.

12 Remuneração e Encargos

Refere-se a saldos a pagar decorrentes de benefícios aos seus empregados:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração a pagar	5	15
Encargos sociais a recolher	3.934	3.894
Consignações da folha de pagamento	5.199	5.794
Total	9.138	9.703

O aumento na rubrica “Encargos sociais a recolher” é decorrente dos reflexos de ajustes salariais, conforme descritos na Nota Explicativa 21.




Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

13 Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
IRRF s/ salários a recolher	2.709	2.469
IRRF s/ serviços a recolher	67	90
ISS s/ serviços a recolher	49	58
INSS retido s/ serviços a recolher	151	151
Pis/Cofins/CSLL retido s/ serviços a recolher	182	192
Pis a recolher	188	183
Total	3.346	3.143

As variações em “IRRF sobre salários a recolher” e “Pis a recolher” se referem aos encargos de 13º salário provisionados em dezembro de 2017.

14 Obrigações Trabalhistas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de férias e encargos	17.182	16.671
Provisão s/ remuneração variável	6.895	7.445
Total	24.077	24.116

Não houve variação significativa no período.

15 Contas a pagar

A rubrica se refere, substancialmente, ao registro de obrigações sobre a compra de materiais gerais e prestação de serviços para manutenção dos custos de operacionalização da Entidade, como consultorias, treinamentos e repasses às entidades conveniadas.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	7.337	10.223
Sebraetec	36	36
Soluções Tecnológicas	1.945	2.631
Super MEI	8.021	286
Programa Alimentos Seguros	282	311
Adiantamento de clientes	1.781	2.568
Cauções e dep. p/ licitações	381	348
Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	623	623
Outras obrigações	48	42
Total	20.454	17.068

O principal motivo do aumento na rubrica “Super MEI” se refere ao provisionamento dos serviços realizados pelo SENAI no período.

A rubrica “Adiantamento de clientes” se refere aos valores a apropriar referentes às receitas do período.



Handwritten signature

Em “Cauções e depósitos p/ licitações” são registrados os depósitos cauções recebidos de fornecedores para garantias contratuais.

O saldo em “Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração” se refere ao montante de curto prazo do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A. O valor total da prestação de serviços foi de R\$ 3.115, e está sendo mantido como obrigações de curto e longo prazos, sendo que a receita é apropriada mensalmente durante o período de vigência contratual de 5 anos. Nas receitas a apropriar de curto prazo são mantidas 12 parcelas de R\$ 52.

16 Outras obrigações - não circulante

Adiantamento sobre vendas dos direitos de administração

A rubrica se refere ao montante classificado no longo prazo referente ao valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, conforme mencionado na nota 15. Nas receitas a apropriar de longo prazo são mantidas as parcelas que serão apropriadas após 1 ano.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento s/ vendas dos direitos de administração	996	1.454
Total	996	1.454

17 Patrimônio líquido

É composto substancialmente de superávit acumulado, superávit do período e ajuste de avaliação patrimonial.

Descrição	30/09/2017	31/12/2016
Superávit acumulado	687.689	382.100
Superávit do período	194.667	299.645
Ajuste de avaliação patrimonial	24.421	30.365
Total	906.777	712.110

Superávit acumulado

A variação refere-se ao resultado apurado no exercício anterior que foi absorvido pelo Patrimônio Social.

Superávit do período

Representa o resultado auferido no exercício social corrente.

Ajuste de avaliação patrimonial

Na adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), em 1º de janeiro de 2009, a Administração aplicou, com base em laudos de empresas especializadas, os custos atribuídos a



terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos. Sua realização ocorre na medida da realização dos bens de origem, via depreciação, alienação ou baixa.

18 Receitas com contribuição social

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Contr. Social Ordinária - CSO (a)	422.893	576.041
Contr. Social Nacional - CSN (b)	22.267	8.862
Total da receita líquida	445.160	584.903

Na conta "Contribuição social ordinária" são alocadas as receitas transferidas pelo SEBRAE Nacional para custeio das atividades do SEBRAE/SP.

(a) Em 2017, o decréscimo na rubrica "Contribuição social ordinária" ocorreu em razão da finalização dos repasses de Contribuição Social - Saldo.

(b) O acréscimo em "Contribuição Social Nacional" ocorreu principalmente devido à apropriação das receitas de CSN Projetos provenientes do SEBRAE-NA para subsidiar os projetos do SEBRAE-SP, além do aumento no valor do repasse mensal da CSN Saúde.

19 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Treinamentos	5.657	3.030
Consultoria	4.363	5.849
Feiras	2.603	3.151
Palestras	187	114
EMPRETEC	3.306	5.278
Missões empresariais	283	1.241
Cotas de patrocínios	2.797	3.047
Outras	355	279
Total	19.551	21.989



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.898/O-9

20 Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação e restituições	422	914
Receitas oper. F. Pagto - ent. Bancária	623	623
Devoluções de convênios	77	10
Receita reversão prov. contingência trabalhista	3.904	3.721
Receita reversão prov. outras contingências	285	139
Receita reversão prov. Diversas	8.445	-
Receita na alienação de imobilizado	7.746	-
Penalidade a Clientes/Fornecedores	660	-
Recuperação de Créditos	24	-
Reversão Provisão Sebraetec/Inova	63	-
Descontos Recebidos	282	-
Fator Moderador Plano de Saúde	9	-
Total	22.540	5.407

O saldo em “receitas oper. F. Pagto - ent. bancária” se refere à apropriação do valor recebido do Banco Bradesco S.A. sobre a venda dos direitos de administração das contas correntes do quadro de pessoal, antes geridas pelo Banco do Brasil S.A.

O saldo em “receita na alienação de ativo imobilizado” se refere ao resultado positivo na transação ocorrida de permuta de imóveis com torna. Em Abril de 2017, o Sebrae-SP efetuou a permuta do imóvel localizado na Rua José Getúlio, avaliado em R\$ 16.623, pelo imóvel do proprietário Get Administração de Imóveis situado na Alameda Nothmann, onde está estabelecida a Escola de Negócios do Sebrae-SP, avaliado em R\$ 32.700. O imóvel da Rua José Getúlio foi oferecido como permuta, acrescido do pagamento no valor de R\$ 16.077 a título de torna. Foi efetuada a baixa no ativo imobilizado no valor de R\$ 8.877 referente ao saldo residual do imóvel objeto de permuta e a diferença no valor de R\$ 7.746 foi registrada como receita na alienação do ativo imobilizado.

O aumento em “Receita reversão prov. Diversas” ocorreu devido a reversão de provisão de IR sobre aplicações financeiras no valor total de R\$ 13.042, sendo R\$ 4.980 referente a 2017 e R\$ 8.062 de exercícios anteriores.

O acréscimo em “Receita de reversão de provisão de contingência trabalhista” ocorreu principalmente devido à alteração de probabilidade de perda de processos judiciais de janeiro a dezembro de 2017.

21 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Salário e proventos	(111.701)	(110.253)
13º salário	(9.630)	(9.518)
Férias	(13.810)	(13.951)
Indenizações trabalhistas	(5.022)	(5.947)
Encargos trabalhistas	(39.935)	(39.155)
Benefícios sociais	(34.383)	(44.451)
Total	(214.481)	(223.275)



Handwritten signature in blue ink.

Em janeiro de 2017, tivemos o acordo coletivo conforme: 4% em 1º de janeiro 2017 e 2,58% em 1º de março de 2017, sobre o salário de dezembro de 2016.

Em 2016 tivemos 120 demissões em relação a 2017 que tivemos 97 demissões

O principal motivo da variação em “Benefícios sociais” se refere à redução de despesas com seguro saúde por alteração nas modalidades dos planos oferecidos aos funcionários.

22 Despesas com serviços profissionais e contratados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Instrutoria e consultoria	(22.916)	(13.225)
Serviços técnicos especializados	(18.770)	(17.287)
Manutenção, segurança e limpeza	(10.869)	(11.356)
Despesas com clipping de notícias	-	(1.476)
Locação de mão-de-obra	(14.705)	(15.142)
Estagiários	(3.987)	(3.621)
Serv. de apoio administrativo	(38)	(30)
Organização e promoção de eventos	(8.889)	(14.276)
Contrato de patrocínio	-	(106)
Menor aprendiz	(809)	(989)
Outros serviços contratados	(3.118)	(2.426)
Encargos sociais s/ serv. terceiros	(11)	(12)
Total	(84.112)	(79.946)

A variação na rubrica “Instrutoria e consultoria” se refere principalmente às ações do Programa Super Mei.

O principal motivo do acréscimo em “Serviços técnicos especializados” se refere a prestação de serviços com estudos, pesquisas e análises técnicas através do Fornecedor Praxian Consultoria Ltda. Com objetivo de ampliar a base de Micro e Pequenas empresas a serem atendidas pelo Sebrae-SP.

A variação na rubrica “Organização e promoção de eventos” se refere a redução nas despesas com a Feira do Empreendedor em relação ao mesmo período do ano anterior. Em 2017 não houve despesas com a Feira Brasil Original.



Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

23 Custos e despesas de operacionalização

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesa de viagem	(2.006)	(3.808)
Aluguéis e encargos	(13.116)	(18.233)
Divulgação, anúncios, public. e propaganda	(14.006)	(4.910)
Serviços gráficos e de reprodução	(6.138)	(3.800)
Serviços de comunicação	(3.881)	(3.671)
Materiais de consumo	(3.230)	(3.490)
Demais custos e despesas gerais	(4.734)	(4.939)
Total	(47.111)	(42.851)

Na rubrica “Despesa com viagens”, o decréscimo se dá principalmente pela redução nas despesas com viagens internacionais.

No grupo “Despesa com aluguéis e encargos” houve redução com aluguel de imóveis, devido à transação de permuta ocorrida em Abril de 2017, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.4. Até o mês de Março de 2017 houve o pagamento do aluguel do imóvel localizado na Alameda Nothmann, e a partir de Abril de 2017 o Sebrae-SP passou a pagar a locação do imóvel objeto de permuta localizado na Rua José Getúlio, cujo valor do aluguel é inferior ao do imóvel anteriormente locado. Houve também redução de R\$ 294 nas despesas com aluguel de espaço em feira e de R\$ 497 nas despesas com locação de veículos.

Aumento em “Serv. Gráficos e Reprodução” ocorreu devido aos serviços de transposição de soluções educacionais de capacitação a distância direcionadas ao público alvo do SEBRAE-SP.

24 Encargos diversos

Neste grupo são registradas as despesas tributárias e taxas de expediente.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
IPVA	(35)	(37)
IPTU/ITBI	(846)	(558)
IR sobre aplicações financeiras	(1.154)	(10.849)
Pis	(1.257)	(1.227)
Taxas	(132)	(99)
Total	(3.424)	(12.770)

A variação em “IR sobre aplicações financeiras” ocorreu devido à diminuição no volume de resgates em relação ao mesmo período do ano anterior e devido a isenção de IR sobre aplicação a partir de agosto/2017.




Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

25 Despesas com provisões

Refere-se ao registro de perdas, onde são considerados todos os fatores conhecidos na estimativa do risco e na expectativa das perdas. Neste grupo são registradas as prováveis contingências de ações cíveis em andamento, autuações fiscais e reclamações trabalhistas, cujo valor seja possível estimar/calcular, envolve um grau de incerteza quanto à efetiva ocorrência e que, em função de um evento futuro, poderá resultar em perda para a empresa.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Prov. p/ reclamações trabalhistas	(3.897)	(3.817)
Prov. p/ ações cíveis	(1.122)	(950)
Prov. p/ riscos fiscais	(1.089)	(596)
Prov. p/ perdas diversas	(929)	(88)
Prov. p/ IRRF s/ rendimento de fundos	-	(31)
Total	(7.037)	(5.482)

As variações nas rubricas “provisão para reclamações trabalhistas” e “provisão para ações cíveis” ocorreram devido ao complemento de provisão por aumento do valor da causa e alteração da probabilidade de perda de processos judiciais.

A provisão para IRRF sobre rendimento de fundos foi revertida devido a isenção a partir de agosto/2017. Aumento em “Prov. p/ perdas diversas” refere-se a baixa de títulos incobráveis.

26 Depreciação e amortização

São registradas as despesas com a diminuição de valor de bens móveis e imóveis pelo desgaste e/ou perda de utilidade, por uso, ação da natureza ou obsolescência, de acordo com a legislação vigente, calculada em função da vida útil econômica. São também registradas as despesas com diminuição de valor aplicado em sistemas aplicativos e softwares, de acordo com a legislação vigente, por exercício de duração limitada.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depreciação de bens imóveis	(745)	(605)
Depreciação de bens móveis	(5.929)	(5.670)
Amortização intangível	(1.584)	(1.395)
Total	(8.258)	(7.670)

A variação se refere substancialmente ao registro das depreciações e amortizações do período.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

27 Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Convênios executados	(1.234)	(2.733)
Custo na baixa do ativo imobilizado	(198)	(51)
Despesas de exercícios anteriores	-	(27)
Total	(1.432)	(2.811)

Em “Convênios executados”, são registradas as execuções referentes à prestação de contas de convênios.

Na rubrica “Custo na baixa do ativo imobilizado” são registrados os custos de aquisições e a depreciação acumulada dos bens extraviados, furtados, sucateados, doados etc., calculados até a data da baixa.

28 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Rendimentos recursos próprios	-	12.170
Rendimentos rec. próprios – LP	67.966	50.053
Rend. fundos emp. Emergentes	21	21
Variações monetárias ativas	1.289	1.126
Outros rendimentos	6.075	21
Subtotal	75.351	63.391
Despesas financeiras	(351)	(208)
Desvalorização cotas de fundos emp. Emergentes	(690)	(248)
Variações monetárias passivas	(1.039)	(926)
Subtotal	(2.080)	(1.382)
Total receita financeira líquida	73.271	62.009

O acréscimo dos rendimentos é decorrente do aumento do valor médio de recursos mantidos em aplicações financeiras no período.

Os valores registrados nas contas de variações monetárias passivas se referem a atualizações monetárias das obrigações de contingências trabalhistas, cíveis e obrigações legais.



Handwritten signature in blue ink

29 Benefícios pós-emprego

A Entidade oferece plano de benefícios de previdência privada, denominado SEBRAEPREV - Instituto SEBRAE de Seguridade Social, implantado durante o exercício de 2004. Neste mesmo exercício, foi aprovada a adesão SEBRAE - NA, ABASE e 17 unidades estaduais do sistema SEBRAE: SEBRAE - AC, SEBAE - AL, SEBRAE - AM, SEBRAE - AP, SEBRAE - BA, SEBRAE - DF, SEBRAE - GO, SEBRAE - MA, SEBRAE - PA, SEBRAE - PB, SEBRAE - PI, SEBRAE - RN, SEBRAE - RO, SEBRAE - RR, SEBRAE - SE, SEBRAE - SP e SEBRAE - TO. No exercício de 2005 ocorreu a adesão de 8 unidades do sistema, SEBRAE - RJ, SEBRAE - MT, SEBRAE - MS, SEBRAE - CE, SEBRAE - ES, SEBRAE - MG, SEBRAE - PR e SEBRAE - SC.

O SEBRAEPREV é um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida, patrocinado pelas unidades que compõem o Sistema SEBRAE e que celebrarem Convênio de Adesão, conforme disposto no Regulamento.

As obrigações do plano são as seguintes:

O custeio do benefício de risco é responsabilidade do Patrocinador e qualquer insuficiência constatada na conta do benefício de risco é responsabilidade exclusiva dos Patrocinadores.

Os Benefícios assegurados pelo Plano SEBRAEPREV são:

- (i) Quanto aos Participantes Patrocinados, Participantes Mandatários, Autopatrocinados e sem Remuneração em Autopatrocínio:
 - (a) Aposentadoria Antecipada;
 - (b) Aposentadoria Normal; e
 - (c) Aposentadoria por Invalidez.
- (ii) Quanto aos Beneficiários:
 - (a) Pensão por Morte.

Os Benefícios serão pagos aos Participantes ou aos Beneficiários que os requererem, conforme o caso, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos previstos no regulamento Sebraeprev.

Os Benefícios assegurados pelo Plano SEBRAEPREV são classificados em:

- (i) Benefício Programado, assim entendido a Aposentadoria Normal e a Aposentadoria Antecipada;
- (ii) Benefícios de Riscos, assim entendidos a Aposentadoria por Invalidez e a Pensão por Morte.

Para a manutenção deste plano de benefícios são efetuadas contribuições mensais, conforme segue:

A contribuição básica do participante corresponde a um percentual de 1% a 7% do salário de contribuição excedente a 15 vezes o valor de referência previdenciário.




Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.224-2

A contribuição básica do SEBRAE - NA é mensalmente obrigatória e corresponde a 100% da contribuição básica do participante, efetuada pelo seu respectivo participante patrocinado e participante mandatário.

Cabe ao patrocinador fundador (SEBRAE Nacional) o aporte inicial do Serviço Passado, em pagamento único, que ficará num fundo específico do SEBRAEPREV, denominado Fundo de Aporte Inicial de Serviço Passado, que será creditado mensalmente na conta do Participante, em valor idêntico ao da contribuição do Participante.

O Plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. Para se calcular os valores envolvidos, o SEBRAE contrata anualmente um atuário qualificado. As principais premissas do plano estão demonstradas nas demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Para o período de 31 de dezembro de 2017, não ocorreram mudanças significativas nas premissas atuariais no Plano SEBRAEPREV e outras variáveis que pudessem afetar de forma relevante o resultado atuarial.

Os custos com depósitos para planos de contribuição definida em dezembro de 2017 foram de R\$ 4.346 (R\$ 4.199 em dezembro de 2016).

30 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações financeiras).
- Aplicações financeiras (CDB e Fundos de Investimento).
- Contas a receber.



- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	256.234	442
Aplicações financeiras	11.2	512.124	572.380
Numerários vinc. convênios/programas		-	2
Contas a receber de clientes	5	3.697	5.941
Outros créditos	9	1.175	2.758
Transações com o Sistema SEBRAE	8.1	67.399	100.832
Fundos mútuos de investimentos	11.1	11.774	3.821

Os Fundos de investimentos se referem a: FIP – Fundo de Investimento em Participações e FMIEE – Fundo Mútuo de Empresas Emergentes, ambos regulamentados pela CVM.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade poderá encontrar no caso de dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):



Passivos financeiros	Valor em 31/12/2017	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benef. a empreg/Obrig. tribut.	12.484	12.484	-	-
Contas a pagar fornec. e outros	20.454	20.454	-	-
Provisão de férias e encargos	24.077	-	24.077	-
Obrig. c/ Sistema SEBRAE	3.572	-	3.572	-
Receitas a apropriar	996	-	-	996

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. As aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado. A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do NBC TG 40 (R2) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/SP desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade que estão sujeitos às oscilações nas taxas DI, os quais, não estão sujeitos às oscilações nas taxas de TJLP e IGP-M. A Entidade estima com base na taxa futura da BM&F/BOVESPA que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, a taxa DI será de 6,75% no ano. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma baixa nas taxas de 10% e 20% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.




Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

Alta da Variação da taxa DI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2018		
		Provável	Possível – 10%	Remoto – 20%
		6,75%	6,08%	5,40%
Efeito da Variação da taxa DI	512.124	546.692	543.261	539.779
		34.568	31.137	27.655
Alta da Variação da taxa DI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2019		
		Provável	Possível – 10%	Remoto – 20%
		8,00%	7,20%	6,40%
Efeito da Variação da taxa DI	512.124	553.094	548.997	544.900
		40.970	36.873	32.776

Impactos no Resultado	31/12/ 2018	31/12/2019
Cenário Possível - Cenário Provável		
SELIC	-3.431	-4.097
Cenário Remoto - Cenário Provável		
SELIC	-6.913	-8.194

Hierarquia do valor justo

O NBC TG 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O NBC TG 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com o NBC TG 40, a Entidade mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundos mútuos de investimentos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras (CDB) são classificados como Nível 2, enquanto que as aplicações financeiras (fundos de investimento) e fundos mútuos de investimento são classificados como nível 1.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

	Nota	Nível	31/12/2017	31/12/2016
Aplic. financeiras (eq. caixa)	4	2	255.916	12.916
Aplicações financeiras (CDB)	11.2	2	513.719	559.464
Fundos mútuos de investimentos	11.1	1	11.774	3.821

31 Mudança de política contábil


De acordo com a NBC TG 23 (R1), políticas contábeis são os princípios, as bases, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações financeiras.

Os usuários das demonstrações financeiras devem ter a possibilidade de comparar as demonstrações financeiras da entidade ao longo do tempo para identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa. Por isso, devem ser aplicadas as mesmas políticas contábeis em cada período e de um período para o outro.

Para melhor apresentação e comparabilidade o saldo do item Aplicações Financeiras de 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 12.916, foi reclassificado para a linha de Caixa e equivalente de caixa, pois as aplicações financeiras são de resgate imediato.

No item 28 ocorreu a abertura das rubricas que compõem o resultado financeiro líquido a fim de melhor comparabilidade.




Ismael Toledo Junior
CRC nº 1 SP 174.698/O-9

32 Informações adicionais

Diretor Superintendente: Bruno Caetano Raimundo

Diretor Técnico: Ivan Hussni

Diretor de Administração e Finanças: Pedro Rubez Jeha



Ismael Toledo Junior
Contador – CRC 1SP174698/O-9

